

Campanha vai defender a presença do Estado nas áreas de mineração

Orivaldo Perin

A atual situação da mineração brasileira — quase 40% do subsolo com exploração concedida e autorizada está nas mãos de empresas multinacionais — poderá agravar-se se a Constituição em discussão vier a incluir uma proposta em andamento na Comissão da Ordem Econômica da Constituinte, restringindo a intervenção do Estado na economia, redefinindo a empresa nacional e permitindo mineração em áreas indígenas.

— Se o anteprojeto em discussão conseguir aprovação final — denuncia o geólogo Moisés Bentes, presidente da Associação Profissional dos Geólogos no Rio — será o mesmo que entregar o resto do nosso subsolo aos estrangeiros. Segundo ele, há um forte lobby de multinacionais atuando sobre a Constituinte com o objetivo de reduzir a atuação do Estado na economia e “principalmente na mineração”.

— Em nenhum país do mundo as multinacionais conseguem ter presença tão forte na mineração como no Brasil — diz ele. Conforme um relatório do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), enviado aos integrantes da Comissão da Ordem Econômica e da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Solo e da Atividade Econômica, a 5ª parte do subsolo do país pertence hoje às mineradoras, mas apenas 1% dessa área, que chega a 1 milhão 624 mil 555 km², está sendo explorada.

As multinacionais controlam 38,1% da área concedida à exploração, o que corresponde a 401 mil 757 km², área que equivale à soma das áreas dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraná. Do resto das áreas concedidas à exploração mineral, 35% estão nas mãos de empresas privadas brasileiras e 26,9% com empresas estatais. O maior grupo estrangeiro presente na mineração brasileira é a British Petroleum, associada à Brascan (canadense), que controla 48,8% dos mais de 400 mil km² concedidos a multinacionais.

Ouro do bandido— A proposta aprovada pela Subcomissão de Princípios Gerais da Comissão da Ordem Econômica defende, entre outras coisas, a intervenção do Estado no domínio econômico e no monopólio só em casos de interesse coletivo relevante que não podem ser desenvolvidos com eficácia do regime de livre concorrência. E considera como nacional ou pública, a empresa constituída sob leis brasileiras com administração sediada no país.

— Na área da mineração, não podemos conviver com esses princípios — diz Moisés Bentes. “Será o mesmo que entregar o ouro ao bandido. Ou acabar de entregar. Por isso, nesta segunda-feira, dia 1º, às 18h, vamos lançar na ABI (Associação Brasileira de Imprensa) uma campanha nacional sobre o tema: O Petróleo é Nosso, o Minerio é Nosso, a Dívida Externa Não. Temos de inverter esta proposta e ainda há tempo para isso”, diz o geólogo.

Ele acha que a Constituinte dividiu seus integrantes de forma desequilibrada. Os parlamentares com posições modernistas e progressistas estão nas comissões que discutem a questão social e os conservadores e entreguistas, nas comissões econômicas. “Essa proposta que pede a retirada do Estado da economia foi inspirada pelos senhores Roberto Campos e Delfim Neto, que fazem parte da comissão. Eles lideram um grupo de 15 entreguistas entre os 23 integrantes da Subcomissão de Princípios Gerais”, diz Bentes.

No ato de amanhã, na ABI, estarão presentes Barbosa Lima Sobrinho, Severo Gomes, o general Antonio Carlos de Andrade Serpa, o almirante Roberto Gama e Silva, entre outros, todos certamente favoráveis à proposta popular de emenda constitucional defendendo o monopólio estatal. Um abaixo-assinado está começando a correr o país, pedindo monopólio da União na área do petróleo, da mineração (incluindo minerais nucleares ou estratégicos) e da telecomunicação e transmissão de dados, operação de sistemas espaciais e serviço meteorológico.